



FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Alexandre Jorge
alexjorge786@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

O nome de Carlos Alberto Faraco está ligado a uma extensa e intensa produção na área dos estudos da linguagem. Seus livros e artigos têm contribuído sobremaneira para o desenvolvimento de uma compreensão histórica e socialmente situada da(s) língua(s) no Brasil, bem como, num plano mais abstrato, das línguas em geral. Seu trabalho é iluminado por teorias que expõe com clareza, que analisa com lucidez e que enriquece com sua prática reflexiva. Além disso, está sempre atento às questões de lingüística aplicada, particularmente as de ensino-aprendizagem da língua materna em nosso país, e, mais recentemente, tem se dedicado a discutir os grandes impasses de política lingüística no Brasil. Suas publicações oferecem amplas oportunidades de reflexão lingüística a múltiplos públicos leitores, sejam eles estudantes de ensino médio ou universitário, professores de língua ou em formação, lingüística e, certamente, escritores, jornalistas e todos os interessados em questões de linguagem.

Este livro é sobre norma. Norma lingüística. Um assunto que está em pauta, já tem recebido bastante atenção dos lingüistas, particularmente no início do século XXI, com publicações como as excelentes antologias Norma Lingüísticas e Lingüística da norma, organizadas por Marcos Bagno (2001 E 2002).

Podemos dizer que a edição desta obra intitulada Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós constitui um importante marco nos estudos da linguagem no Brasil pela pertinência, consistência, relevância e profundidade da reflexão desenvolvida pelo autor. Nela estão reunidos –e substancialmente revistos- diversos textos anteriormente publicados, o que, por si, só, já seria um empreendimento de



grande valor, dada à vantagem de oferecer ao leitor, num livro, um conjunto de matérias essenciais, antes esparsos. Mas isso não é tudo. Talvez nem seja o mais importante. A articulação dos textos, agora reescritos como capítulos de uma única obra, constrói um quadro coerente das principais questões e dos múltiplos aportes teóricos atinentes ao tratamento do tema.

2. INTRODUÇÃO

A expressão norma culta, nos últimos anos, pulou os muros da universidade e se tornou muito freqüente no discurso da mídia e da escola.

Ao se fundir pelos espaços não propriamente universitários, ao se tornar uma expressão quase de senso comum, norma culta foi perdendo precisão semântica.

No discurso universitário, são duas as imprecisões mais comuns no uso da expressão norma culta. Algumas vezes, ela é utilizada intercambiavelmente com a expressão norma padrão, como se fossem apenas nomes diferentes do mesmo fenômeno.

Outras vezes, ela é usada para designar a norma estipulada em gramáticas e dicionários, que melhor seria identificada se fosse denominada de norma gramatical.

Essa situação se agravou sensivelmente à medida que a expressão se difundiu no discurso extra-universitário. Para verificar essa imprecisão semântica, basta perguntar, a cada vez que a expressão ocorre no uso comum, que ela se refere, ou seja, basta perguntar de que precisamente se fala quando se diz norma culta.

2.1 AFINANDO CONCEITOS

2.2 Norma



O conceito de norma, nos estudos lingüísticos, surgiu da necessidade de estipular um nível teórico capaz de captar, pelo menos em parte, a heterogeneidade constitutiva da língua.

Como os estudos científicos da linguagem verbal têm mostrado, nenhuma língua é uma realidade unitária e homogênea. Só o é, de fato, nas representações imaginárias de uma cultura e nas concepções políticas de uma sociedade.

Por isso é que tendemos a dizer hoje, nos estudos científicos da linguagem verbal, que uma língua é uma entidade cultural e política e não propriamente uma entidade lingüística. Ou seja: não há uma definição de língua por critérios puramente lingüísticos, mas fundamentalistas por critérios políticos e culturais.

No passado, a suposição tácita de que, por trás de toda variação constitutiva de uma língua, existe uma unidade sistêmica adquiriu uma forma teórica na concepção de língua como um sistema social uniforme que se materializaria nos usos individuais (estes sim heterogêneos), resumida na famosa dicotomia *langue/parole* formulada por Ferdinand de Saussure.

É possível, então, conceituar tecnicamente norma como determinado conjunto de fenômenos lingüísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros habituais numa dada comunidade de fala. Nossa nesse sentido se identifica com normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) num certa comunidade de fala.

2.3 A plenitude formal: conseqüências de seu reconhecimento

O fato de que toda norma tem uma organização estrutural deixa sem fundamento empírico enunciados de senso comum em que se afirma, por exemplo, que os analfabetos ou os falantes de variedades do chamado português popular falam “sem



gramática”. Se toda norma é estruturalmente organizada, é impossível falar sem gramática.

Esse fato põe igualmente sob suspeita a própria noção de erro em língua. Se um enunciado é previsto por uma norma, não se pode condená-lo como erro com base na organização estrutural de uma outra norma.

Do mesmo modo, o fato de toda norma ter organização estrutural (ter uma gramática) deixa infundada a afirmação que apareceu num artigo de um jornal de grande circulação de que “o português aqui no [Brasil] transformou-se num vernáculo sem lógica e sem regras”.

Há obviamente, grupos de falantes que não dominam ou dominam precariamente determinadas normas. Um bom exemplo disso é a situação dos falantes de cultura intrinsecamente urbana. Em geral, eles só conseguem reproduzir as normas rurais por meio de estereótipos.

2.4 Uma comunidade, várias normas.

A situação, porém é ainda mais complexa porque na verdade, cada comunidade lingüística tem várias normas (e não apenas uma). Nesse sentido, uma comunidade lingüística não se caracteriza por uma única norma, mas por um determinado conjunto de normas. Daí que hoje muitos estudiosos da heterogeneidade sociolingüística estejam optando por entender uma comunidade lingüística como composta de várias (assim chamadas) comunidades de prática.

Pode-se entender por comunidade de prática um agregado de pessoas que partilham experiências coletivas no trabalho, nas igrejas, nas escolas, nos sindicatos e associações no lazer, no cotidiano da rua e do bairro etc. Uma mesma pessoa dessa



coletividade, bem como cada um de seus pares, pertences simultaneamente a diferentes comunidades de prática.

Em cada uma dessas comunidades, costuma haver modos peculiares de falar (ou seja, há normas específicas) e o comportamento normal do falante é variar sua fala de acordo com a comunidade de prática em que ele/ela se encontra. É parte do repertório linguístico de cada falante um senso adequação, ou seja, ele/ela acomoda seu modo de falar às práticas correntes em cada uma das comunidades de prática a que pertence.

2.5 Normas, identidades e contatos

Numa síntese, podemos então dizer que norma é o termo que usamos, nos estudos linguísticos, para designar os fatos de língua usuais comuns, correntes numa determinada comunidade de fala. Em outras palavras, norma designa o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de certa comunidade.

Os diferentes grupos sociais se distinguem, portanto, pelas formas de língua que lhes são de uso próprio. Assim, numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, haverá inúmeras normas linguísticas.

Um mesmo falante, como vimos, domina mais de uma norma (já que a comunidade sociolinguística a que pertence tem várias normas) e mudará sua forma de falar (sua norma) variavelmente de acordo com as redes de atividades e relacionamentos em que se situa .

Numa sociedade complexa, não há, obviamente, um total encapsulamento e insulamento dos grupos sociais, nem de seus membros. Assim, é inevitável o contato entre as muitas normas no intercâmbio social, seja pelo encontro de falantes de diferentes normas, seja pelo fato corriqueiro de um mesmo falante dominar mais de uma norma - dominar no sentido ativo, isto é, de ser capaz de fazer uso efetivo de mais de



uma norma; ou apenas no sentido receptivo, isto é, de ser capaz de reconhecer e compreender determinada(s) norma(s), mas não de usá-la(s) efetivamente.

Não existe, em suma, uma norma “pura”: as normas absorvem características umas das outras - elas são, portanto, sempre hibridizadas. Por isso, não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada norma – haverá sempre sobreposições, desbordamentos, entrecruzamentos.

2.6 Norma culta

Antes de mais nada, é preciso dizer que não é simples conceituar e identificar, no Brasil, a norma a que se dá o qualitativo de culta.

Para facilitar, pode ser útil tomar como ponto de partida uma breve fotografia de pelo menos parte do amplo espectro das variedades que constituem a língua portuguesa no nosso país.

2.7 Os três continua e a linguagem urbana comum

Embora não exista ainda um levantamento exaustivo (ou suficientemente abrangente) da diversidade constitutiva do português brasileiro, dispomos já de ricos acervos de dados dialetológicos e sociolinguísticos, além de um significativo registro da nossa língua escrita do último meio século.

O modelo que, no momento, parece fornecer o melhor instrumental para registro da diversidade já estudada é o proposto por Stella Bortoni-Ricardo (2005), que busca distribuir as variedades em três continua que se entrecruzam: o continuum rural-urbano, o de oralidade-letramento e o da monitoração estilística.



A maior força de atração dessas variedades (intimamente relacionadas com a vida e a cultura tradicionalmente urbana) e a observação de seus efeitos levaram Dino Preti, um dos principais estudiosos da variação lingüística do Brasil, a designá-las pela expressão linguagem urbana comum (ver Preti, 1997).

Em suma, é esta linguagem urbana comum que baliza de falar culto (o que poderia chamar tecnicamente de norma culta falada) e, ao mesmo tempo, tem poderoso efeito homogeneizante sobre as variedades do chamado português popular brasileiro.

Há aqui, sem sombra de dúvida, um sério (e secular) equívoco de análise da realidade lingüística do nosso país: o que se chama de “erros” comuns-por serem justamente “erros” de todos-constituem, na verdade, características definidoras do português brasileiro urbano comum.

2.8 Algumas distinções pertinentes

Estamos usando no singular as expressões norma culta e linguagem urbana comum. É importante não perder de vista, porém, que essas manifestações lingüísticas, embora tenham certa unidade, não são uniformes: como qualquer realidade lingüística, elas comportam variabilidade. É também indispensável distinguir a norma culta falada da norma culta escrita. Isso porque há fenômenos que ocorrem na fala culta (pela sua grande proximidade com a linguagem urbana comum), mas não ocorrem na escrita culta ou chegam mesmo a ser criticados quando nela aparecem. Em alguns casos, somos ainda uma sociedade que, em situações altamente monitoradas, usa uma variedade na fala e outra na escrita.

Um exemplo um pouco mais complexo das diferenças entre a norma culta falada e a escrita são as chamadas orações relativas cortadoras. Na fala culta brasileira, é comum (é normal) o não-uso da preposição antecedendo o pronome relativo. Dizemos, por exemplo, Este é o livro que mais gostei. Pra confirmar isso, bastam analisar as falas em debates televisivos como os do programa Roda Viva (TV Cultura de São Paulo), em



que, de regra, entrevistando e entrevistadores são falantes brasileiros classificáveis no grupo dos chamados cultos.

Tal sintaxe, porém, apesar de ser já encontrada com a certa frequência em textos da grande imprensa é ainda considerada inadequada na escrita culta.

2.9 Afinal, quem é um falante “culto”?

O primeiro deles-e não certamente o menor-é saber quem são os letrados na sociedade brasileira, ou seja, quais ou quais grupos sociais servem de referências para delimitarmos objetivamente os fenômenos que constituem a norma culta brasileira.

No entanto, numa sociedade brasileira que distribua de maneira mais equânime os bens educacionais e culturais, é mais adequado considerar letrados todos os que concluem pelo menos o ensino médio. Este é um critério que se constitui historicamente nas sociedades industriais modernas nos últimos duzentos anos.

Se a maioria da atual população adulta brasileira não chegou a completar o ensino médio, a maioria dos nossos jovens não tem ainda acesso garantido a esse nível de ensino. Ou seja, os bens educacionais e culturais estão muito mal distribuídos na nossa sociedade. Uma das conseqüências disso é que só uma minoria tem acesso efetivo á cultura letrada, o que inclui o estudo da chamada norma culta.

2.10 Há saídas?

Uma das conseqüências dessa situação toda é que não conseguimos ainda criar uma educação de qualidade na área da linguagem verbal, nem sequer uma cultura positiva diante de nossas questões de língua.



Nossa intenção, com essas considerações, é deixar claro que o problema da norma culta-de que tanto se fala hoje no discurso da escola e da mídia-não se resolve em si. Não se resolve pela insistência

Em “corrigir” pontualmente os “erros de português”. A norma culta/comum/standart, na função moderna que lhe atribui a sociedade urbanizada, massificada e alfabetizada, está diretamente correlacionada com a escolarização, com o letramento, com a superação do analfabetismo funcional.

Nosso problema são 5 milhões de jovens entre 15 e 17 anos que estão fora da escola. Nosso problema são os elevados índices de evasão escolar. Nosso problema é termos ainda algo em torno de 12% de analfabetos

2.11 Norma culta, norma-padrão e norma gramatical

A expressão norma culta/comum/standart, como discutimos acima, designa o conjunto de fenômenos lingüísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social.

Por essa mesma razão, ela se tornou historicamente objeto privilegiado de registro, estudo e cultivo sociocultural. Esse processo produziu, no imaginário dos falantes, a representação dessa norma como uma variedade superior, como uma variedade melhor do que todas as demais.

Essa representação os leva, inclusive, a confundir essa norma com a língua, ou seja, a imaginar que a norma mais monitorada é a língua. E que todas as demais variedades são deturpações, corrupções, degradações da língua verdadeira.

2.12 Norma-padrão: a criação do conceito



A produção desses instrumentos lingüísticos para essas línguas começa na Europa nos fins do século XV, impulsionada pela necessidade política de ser alcançada certa unidade lingüística nos Estados Centrais que então se constituíam. Em outras palavras, a unificação e a centralização política tiveram um efeito centrípeta também sobre a língua, ou seja, um mundo que superava a fragmentação econômica, social e política própria da sociedade feudal passava a ter necessidade de uma referência em matéria de língua que pairasse acima da grande diversidade regional e social.

Algumas das mudanças que a Europa conheceu na Baixa Idade Média, tais como a intensificação das práticas mercantis e da circulação de pessoas, o revigorecimento e a expansão da vida urbana e a progressiva centralização política alteraram substancialmente esse quadro, passando a favorecer as forças centrípetas.

Em repostas á profunda diversificação do mapa lingüísticos de cada dos novos Estados, emergiu um projeto padronizador. Se buscou estabelecer, por meio de instrumentos normativos (gramáticos e dicionários), um padrão de língua para os Estados Centrais Modernos, de modo a terem eles um instrumento de política lingüística capaz de contribuir para atenuar a diversidade lingüística regional e social herdada da experiência feudal. A esse instrumento damos hoje o nome de norma-padrão.

Se a norma culta/comum/standart é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações, a norma-padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização lingüística.

2.13 Norma-padrão no Brasil

O caso brasileiro é particularmente exemplar nesse sentido, em especial porque o padrão foi construído, já na origem, de forma excessivamente artificial. A elite letrada



conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do romantismo.

Tal modelo não foi uma imposição portuguesa. Muitos imaginam que a “metrópole” colonial nos impingiu sua norma standard como norma-padrão. Intelectuais portugueses, ao acusarem

Os brasileiros de escreverem “errado”, participaram desse processo. No entanto a tentativa de lusitanização da nossa norma culta/comum/Standard foi de integral responsabilidade de nossa própria elite letrada.

2.14 A norma gramatical contemporânea

Essa resistência e essa crítica contribuíram, sem dúvida, para uma relativa abertura da literatura contemporânea para as características da nossa norma culta/comum/standard real. Esse fato fez os nossos melhores gramáticos da segunda metade do século XX flexibilizar os juízos normativos, quebrando, pelo menos em parte, a rigidez da tradição excessivamente conservadora.

Essa flexibilização produziu um fenômeno interessante a que poderemos tentativamente chamar de norma gramatical, ou seja, o conjunto de fenômenos apresentados como cultos/comum/standard por essas gramáticos.

2.15 Norma-padrão: precisamos dela?

A intensa urbanização da população brasileira, as novas redes de relações que se estabelecem no espaço urbano e suas respectivas pressões niveladoras, a presença quase universal dos meios de comunicação social e a própria expansão (ainda que precária) da escolaridade-em boa medida favorecem a manutenção da relativa unidade das nossas variedades cultas/comuns/standard e criam condições para sua extensão social.



Os estudos empíricos têm mostrado que, embora a realidade lingüística brasileira seja historicamente bastante polarizada entre as variedades ditas cultas e as variedades ditas populares, há uma clara e forte tendência ao nivelamento desses dois conjuntos, puxado pela força centrípeta da linguagem urbana comum (o que, como destacamos antes, era de esperar, considerando os altos índices de urbanização da população brasileira).

Diante desses fatos, talvez possamos mesmo abrir mão de projetos padronizadores, direcionando nossas energias para o que efetivamente interessa: de uma lado, a descrição e a difusão das variedades cultas/comuns/standard faladas e escritas.

2.16 Norma curta

Na maioria das vezes, a simples consulta a um bom dicionário ou uma boa gramática (cf. nota 40) é suficiente para desautorizar as condenações arbitrárias. No entanto, apesar do que dizem os bons instrumentos normativos, essas condenações a ser feitas e com grandes prejuízos para os falantes.

Parece que os nossos bons dicionários e as nossas boas gramáticas não têm vez-raramente são tomados como efetiva referência. Infelizmente, como destacamos acima, o que tem predominado e que tem servido de referência no nosso sistema escolar, e tem sido reforçado por boa parte dos consultórios gramaticais da mídia, pela ação de revisores das editoras, por manuais de redação dos grandes jornais, por cursinhos pré-vestibulares e por questões de concursos públicos é uma norma estreita a que chamamos aqui de norma **curta**.

Ela não passa de uma súmula grosseira e rasteira de preceitos normativos saídos, em geral, do purismo exacerbado que, infelizmente, se alastrou entre nós desde o século XIX. A norma curta é a miséria da gramática.



2.17 Denunciando a norma curta

Nossa obrigação, como estudiosos da língua, é denunciar essa cultura gramatical rasteira. Primeiro porque ela agride a nossa inteligência e desrespeita nossos estudos linguísticos e nossos bons instrumentos normativos. E segundo, porque ela, no fundo, instrumentos normativos. E segundo, porque ela, no fundo, atrapalha, pela sua estreiteza de visão, o importante projeto cultural de ensino e difusão da cultura escrita e, em consequência, da nossa norma culta/comum/standard real

2.18 Autoridade em língua

Dizer que não há autoridade em matéria de língua deve certamente causar sobressaltos em quem está lendo, por que a tradição escolar e a cultura do erro ainda tão arraigada entre nós dão a impressão de que existe uma autoridade suprema donde emanam os preceitos gramaticais que costumam ser categoricamente proclamados pelos porta-vozes da norma curta.

No entanto, tal autoridade não existe.

Em matéria de língua, não há, portanto, papas nem tribunais supremos. E os antigos já sabiam disso e diziam, com muita propriedade, que a única autoridade em língua é o uso, isto é, a maneira habitual, comum, corriqueira de falar ou de escrever. Recordemos como Dionísio Trácio conceituava gramática já no século II a.C.: “O conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores”.

2.19 E a Academia Brasileira de Letras?

Algumas vezes, as pessoas perguntam se a Academia Brasileira de Letras não é a autoridade em língua, uma espécie de Supremo Tribunal Federal das questões gramaticais.



E a resposta é, obviamente, não. A Academia, entidade de direito privado, tem sim uma única tarefa em matéria de língua, que lhe foi delegada por lei, que é produzir o Vocabulário Ortográfico. A Academia tem, portanto, a responsabilidade legal de fixar a forma gráfica das palavras. Nada além disso.

3. Capítulo 2

3.1 A questão da Língua: Revisitando Alencar, Machado de Assis e Cercanias

Neste capítulo, revisitamos alguns textos do século XIX sobre a questão, coletados por Edith Pimentel Pinto (1978). Nosso objetivo com isso é participar dessa simples, mas ainda e cada vez mais necessária tarefa.

Em uma primeira análise, a direção da mudança apontada por Pagotto poderia ser avaliada como um paradoxo. Afinal, o país se tornara politicamente independente e se poderia imaginar que no processo de construção de sua identidade nacional, viesse a privilegiar suas características diferenciadoras.

Contudo, Pagotto, seguindo o historiador Antonio Gil, desfaz o aparente paradoxo, mostrando que a lusitanização progressiva da norma escrita, num período de 65 a 70 anos, se encaixa perfeitamente no projeto político da elite brasileira pós-independência de construir uma nação branca e europeizada, o que significava, entre outros muitos aspectos, distanciar-se e diferenciar-se do vulgo (para usar uma expressão comum nos textos dos intelectuais do século XIX), isto é, da população etnicamente mista e daquela de ascendência africana, que constituíam, sem dúvida, um estorvo grande àquele projeto. Vale lembrar, neste ponto, que, não por acaso, a elite



defenderá abertamente, mais tarde, a chamada “higienização da raça”, que, no fundo, significava um embranquecimento da população.

O caminhar da carruagem vai constituindo, desde a Independência, dois grupos distintos: um conservador, purista; e o outro, defensor da absorção, na escrita, de características próprias do modo brasileiro culto de falar a língua.

Para os puristas, a luta tinha um único front: vencer todas as diferenças, eliminar qualquer perspectiva de abasileiramento da língua escrita, adotando para isso escritores portugueses como modelo.

A ironia de tudo isso, porém, é que essa postura de compromisso, da qual Machado de Assis é um emblema, não conseguiu vencer de todo, no plano ideológico, a perspectiva purista e normativista. Essa postura de compromisso não conseguiu se estabelecer hegemonicamente no nosso modo de compreender e dizer a questão da língua portuguesa no Brasil.

4. Capítulo 3

4.1 A questão gramatical e o ensino de português

A gramática é um enorme bicho-papão na nossa vida. Desde os primeiros anos de escola, somos aterrorizados por uma lista de termos e conceitos que mal compreendemos e por um conjunto de regras de correção que nos são apresentadas como intocáveis fenômenos de língua, os quais, pelo seu anacronismo e artificialismo, não fazem muito sentido para a maioria dos falantes contemporâneos do português no Brasil.

Pelo resto da vida carregamos dúvidas cruéis sobre o que é, afinal, certo e o que é errado dizer ou escrever. E, se nos tornamos professores de português, esse enorme incubo gramatical se atravessa no nosso caminho profissional e temos de gerir pesados



dilemas (ensinar ou não ensinar gramática, eis a questão!) e grandes frustrações (parece que, apesar de tudo o que fazemos, os alunos não aprendem esse conteúdo, nem sob gravíssimas ameaças).

Está mais do que na hora, então, de nós, como cidadãos e como professores, exorcizarmos esse famigerado monstro. Olhá-lo de frente e destrinchá-lo sem temor. Superar a cultura do erro e criar condições para um ensino mais eficiente e eficaz da língua portuguesa em nossas escolas.

4.2 Criação da Gramática

Podemos dizer que o estudo gramatical é bastante antigo. Os babilônios, por exemplo, já se dedicavam a esse tipo de estudo por volta do ano 2000 a.C. Os hindus desenvolveram uma forte tradição gramatical por volta do século IV a.C. No mesmo período, os chineses estavam também iniciando suas reflexões gramaticais.

Dionísio Trácio conceituava a gramática como “o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores”. O objeto do gramático era, portanto, a língua escrita exemplar, ou seja, para a cultura helenística, a língua literária. E o gramático perseguia dois objetivos: descrever essa língua e, ao fazê-lo, estabelecer um modelo a ser seguido por todos os que escreviam.

Foi a partir desse tipo de pesquisa que se constituiu a tradição normativa ocidental do estudo da língua que é ainda tão forte entre nós. No fundo, ela foi, naquele momento, a solução intelectual para os conflitos gerados pela percepção da diversidade lingüística.

4.3 A Gramática em Roma



Os romanos incorporaram a Grécia a seus domínios no século II a.C. Desde então, a cultura grega passou a ser fortemente valorizada pela elite romana, que se dedicou, inclusive, a aprender a língua e a literatura gregas. Mais tarde, quando incorporou Alexandria (século I a.C.), Roma passou a absorver também seus estudos gramaticais.

Roma, a essa altura, caminhava em direção ao Império e, nesse contexto de centralização de poder, recebeu os estudos alexandrinos muito bem, adotou prazerosamente a concepção normativa e trabalhou no sentido da fixação e cultivo de um latim modelar (afinal, já ia longe o tempo em que o latim era apenas a língua dos camponeses do Lácio). E, nesse trabalho, os romanos adotaram como referência a linguagem dos poetas e prosadores consagrados e dos modelos gregos. O criador da primeira gramática latina foi Varrão, que seguiu seu mestre alexandrino Crates de Malos e definiu seu trabalho como “a arte de escrever e falar corretamente e de compreender os poetas”.

4.4 A Gramática no mundo medieval

No tempo em que Prisciano escreveu sua gramática, o Império do Ocidente já estava todo fragmentado em reinos germânicos (a conquista definitiva da cidade de Roma pelos germânicos foi em 476 d.C.) e a atividade intelectual estava muito reduzida em decorrência da instabilidade social. E, no império do Oriente, embora mais estável, nada de novo se produziu, em termos de estudos gramaticais, depois dele.

Assim, sua gramática do latim foi adotada como a grande obra de referência pedagógica durante todo o período medieval em que estudiosos e professores da Europa Ocidental (em especial nos mosteiros) tentaram preservar um latim clássico cristalizado como língua de erudição.



4.5 A Gramática das línguas modernas

No fim do século XV e começos do XVI, a situação estava madura para o início dos estudos gramaticais das línguas vernáculas. Já se impunha, nesse momento, a necessidade de se sistematizar uma descrição dessas línguas e de registrar uma referência normativa que atendesse aos objetivos de unificação lingüística trazidos pela criação dos novos Estados Centralizados. Essas línguas, principalmente o português e o castelhano, estavam se tornando, além de línguas nacionais, línguas imperiais e isso lhes dava novo status político, favorecendo movimentos unificadores.

As primeiras gramáticas do português apareceram a partir de 1536, quando Portugal vivia um período de auge político como a primeira grande potência marítima e mercantil do mundo moderno. A mais famosa dessas gramáticas é a de João de Barros (publicada em 1540). Vale a pena citar aqui a definição que esse autor dá de gramática: “É o vocábulo grego: quer dizer ciência de letras. E segundo a definição que lhe deram os gramáticos, é um modo certo e justo de falar e escrever, colhido do uso e da autoridade dos barões doutos”.

4.6 Enfrentando a Crise do Ensino

Nos últimos 50 anos e em especial a partir da década de 1980, professores de português e pesquisadores da língua têm feito a crítica do ensino tradicional de português. Houve e continua havendo esforços para construir alternativas a esse ensino. Não obstante, o quadro pedagógico tem mudado pouco. Talvez porque ainda não tenhamos conseguido fazer e disseminar, com todas as letras, a crítica radical ao normativismo e á gramatiquice.

E essa não é uma tarefa fácil, porque o normativismo e a gramatiquice não são apenas concepções e atitudes ligadas á língua e seu ensino. Pelo seu caráter



conservador, impositivo e excludente, o normativismo e a gramatiquice são partes intrínsecas de todo um conjunto de conceitos, atitudes e valores fundamentalmente autoritários, muito adequados ao funcionamento de uma sociedade marcada pela divisão social.

4.7 Ensinar Gramática?

A crítica á gramatiquice e ao normativismo não significa, como pensam alguns desavisados, o abandono da reflexão gramatical e do ensino da norma culta/comum/standard. Refletir sobre seu funcionamento social é atividade auxiliar indispensável para o domínio fluente da fala e da escrita. E conhecer a norma culta/comum/standard é parte integrante do amadurecimento das nossas competências lingüístico-culturais, em especial as que estão relacionadas á cultura escrita. O lema aqui pode ser: reflexão gramatical sem gramatiquice e estudo da norma culta/comum/standard sem normativismo.

E síntese, o estudo de conteúdos gramaticais faz sentido quando feito de forma contextualizada e funcional (i.e., subordinado ás atividades que visam o domínio das práticas de fala e escrita). Além disso, seu estudo deve ser feito de modo a destacar a flexibilidade estrutural da língua e a conseqüente riqueza expressiva á disposição dos falantes: nenhuma língua é um conjunto rígido de expressão. Sua organização estrutural se caracteriza - sendo, como é, produto e processo histórico - como um vasto universo de variedades expressivas, de formas alternativas, o que implica antes escolha que submissão.

4.8 POR UMA PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO LINGUISTICA

4.9 Lingüística e Ensino



Podemos localizar na década de 1970 as primeiras intervenções mais substanciais (isto é, materializadas não apenas em questões gerais, mas em diretrizes e proposições metodológicas abrangentes) de lingüistas nos debates sobre o ensino de português no Brasil.

Se parece claro que a intervenção dos lingüistas trouxe (e continua trazendo) contribuições relevantes para a construção de uma pedagogia da língua materna, é preciso também reconhecer que a área continua- interna e externamente- contaminada pela cristalização de alguns equívocos que têm, no fundo, esterilizado o debate, na medida em que não temos encontrado os meios adequados para dissolvê-los.

4.10 Os Lingüísticos E Os Sociolingüísticos

O autor traz um conjunto de aspectos oriundos especificamente da reflexão sociolingüística, posicionando-os como mais importantes, para a discussão do ensino, do que os aspectos propriamente estruturais.

Em outros termos, poderíamos dizer que a postulação dessa precedência do sociolingüístico decorre do fato de caber ao ensino ampliar a mobilidade sociolingüística do falante (garantir-lhe um trânsito amplo e autônomo pela heterogeneidade lingüística em que vive) e não concentrar-se apenas no estudo de um objeto autônomo e despregado das práticas socioverbais (o estrutural em si).

4.11 Variedades Cultas e Ensino

Numa perspectiva pedagógica, não podemos limitar a discussão às variedades cultas em si (como apenas um conjunto de certas características lexicogramaticais). É



preciso sempre fazê-lo em conexão com as práticas socioculturais que as justificam e sustentam: as da cultura escrita.

Assim, adquirir familiaridade com as práticas socioculturais da escrita. Isolar as formas cultas das práticas da escrita é tomar a parte pelo todo e perder de vista os complexos processos históricos de construção e transformação da expressão escrita.

O acesso às variedades cultas da língua não se dá por uma pedagogia concentrada no domínio de formas lingüísticas, mas como subproduto de uma pedagogia articulada para garantir aos alunos a ampliação de seu letramento.

4.12 Variedades Cultas e Norma-Padrão

Se, como vimos os lingüistas não são contrários ao ensino das variedades cultas e têm enriquecido essa discussão ao situar adequadamente essas variedades no contexto das práticas socioculturais da escrita, defendendo, em consequência, uma prática pedagógica centrada no letramento no sentido amplo e não apenas em formas lingüísticas, por que são eles acusados de serem contrários ao ensino das variedades cultas?

O equívoco aqui parece nascer do fato de os acusadores não distintas: as variedades cultas (designadas pela expressão genérica norma culta) e a norma-padrão.

Se as variedades cultas, em suas modalidades orais e escritas, são manifestações do uso vivo (normal) da língua, a norma padrão-quando existe em determinada sociedade – é um construto idealizado (não é um ‘dialeto’ ou um conjunto de ‘dialetos’, como o é a norma culta, mas uma codificação taxonômica de formas tomadas como um modelo lingüístico ideal)

Por tudo isso, os lingüistas, coerentemente, têm sido contrário ao ensino dessa norma-padrão, embora defendam o acesso escolar às variedades cultas, como



mostramos acima. Como os acusadores não distinguem essas duas realidades, atribuem aos lingüistas uma atitude que eles, de fato, não têm.

4.13 Escola e Variação Lingüística

Como dissemos acima, a intervenção dos lingüistas nos debates sobre o ensino de português tem trazido contribuições pedagógicas interessantes. Talvez possamos dizer, por exemplo, que avançamos razoavelmente na construção de uma pedagogia da leitura. Pelo menos, estamos convencidos de que os alunos devem se familiarizar com diferentes gêneros discursivos e não exclusivamente com o texto literário.

Obviamente, é tarefa fundamental de a escola oferecer aos alunos a insubstituível experiência da literatura, sem, no entanto descuidar do convívio sistemático com os textos jornalísticos, com os de divulgação científica, com os textos argumentativos, enfim com os muitos textos que têm ampla circulação sociocultural.

Se, como resultado da intervenção dos lingüistas, o tema da variação acabou incorporado pelo discurso pedagógico, podemos dizer que não conseguimos ainda construir uma pedagogia adequadamente a essa área. Talvez, porque não tenhamos ainda, como sociedade, discutido suficientemente, no espaço público, nossa heterogênea realidade lingüística, nem a violência simbólica que a atravessa.

4.14 O Ensino de Português no Brasil: Alguns Paradoxos e Desafios

O ensino de português no Brasil foi alvo de uma crítica bastante específica até meados do século XX. Condenava-se o que o filólogo Gladstone Chaves de Melo chamou, num texto de 1949, de “vícios do nosso ensino gramatical”.

Não se condenava propriamente o ensino da gramática- que foi sempre elemento central da tradição escolar brasileira- mas seus defeitos. Os críticos atacavam em



especial a obsessão do erro, a ênfase na terminologia e não nos fatos e o excesso de formalismo da análise sintática tradicional.

Nas décadas seguintes, contudo, foi o ensino da gramática em si que passou a ser objeto de condenação, em particular no início dos anos 1970. Alguns eventos daquele período favoreceram essa condenação-de um lado, a consolidação - da lingüística como matéria universitária e, de outro, a euforia com a chamada era da comunicação, com o imediatismo de pensamento pedagógico tecnicista, que era privilegiado pela tecnoburocracia do regime militar.

Em virtude desse fosso, não foi possível superar criticamente, nestas quase quatro décadas, o falso dilema pedagógico trazido pelos anos 1970, ou seja, ainda nos engalfinhamos a propósitos de ensinar ou não ensinar gramática. Sempre posta nestes termos dicotômicos, a discussão não tem sido mais do que um embate estéril já que desligada de uma visão de conjunto do ensino da língua materna. Por isso, nem tem servido para esclarecer a questão, nem tem provocado mudança efetiva das práticas escolares.

A entrada dos lingüistas brasileiros nos debates sobre o ensino do português se deu intensamente na década de 1980.

Na reformulação do ensino do português-já agora restaurada a disciplina língua portuguesa na grade curricular-os lingüistas acabaram por assumir a direção do processo, preenchendo o vazio pedagógico existente.

Logo no início da década de 1980, ficou famosa e se difundiu pelo país a proposta do lingüista João Wanderley Geraldi, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ela se assentava numa concepção que tomava a língua como uma atividade social e histórica e se estruturava a partir de três grandes eixos: a leitura de textos e a análise lingüística.

Esta última se apresentava, no fundo, como uma alternativa para o ensino tradicional da gramática. Propunha-se que a reflexão sobre a língua se fizesse,

intuitivamente, a partir da revisão e do refazimento dos textos dos próprios alunos-atividades que deveria estar, portanto, diretamente vinculada ao domínio da expressão.

Recebido Para Publicação em 30 de abril de 2018.
Aprovado Para Publicação em 13 de maio de 2018.